

## A escola dos sonhos

Ninguém preocupado com a educação pública tem o direito de ignorar o caso da Escola da Comunidade, onde estão matriculadas crianças da favela de Paraisópolis, em São Paulo. Se fosse cobrada mensalidade ela não sairia por menos de R\$ 1.000. Quem banca esse custo é o colégio Porto Seguro, um dos melhores colégios da cidade, cuja maioria dos alunos entra, com facilidade, nas mais disputadas faculdades.

O Porto Seguro oferece à Escola da Comunidade seus professores e instalações, além de aulas de reforço e atividades culturais. Não é uma réplica, mas não está longe disso. Mas o desempenho dos alunos da favela é muito pior, apesar de receberem uma educação de altíssima qualidade em uma escola pública dos sonhos.

Esse extraordinário caso é uma dica para os programas de inclusão. Não basta oferecer boa escola: é preciso, além de envolver e qualificar as famílias, acionar as diferentes esferas do governo (saúde, geração de renda, esporte, saúde) e transformar toda a cidade em espaços educativos, tirando proveito dos cinemas, teatros, parques, empresas, museus.

Por mais estranho que pareça, imaginar que se vai melhorar educação pública apenas melhorando a escola é um caminho para perdurar a exclusão e jogar dinheiro fora.

PS- Detalhes sobre essa experiência estão no meu site ([www.dimenstein.com.br](http://www.dimenstein.com.br)).



**Gilberto Dimenstein**, 48, é membro do Conselho Editorial da **Folha** e criador da ONG Cidade Escola Aprendiz. Coordena o site de [jornalismo comunitário](#) da **Folha**. Escreve para a **Folha Online** às terças-feiras.

FOLHA DE S.PAULO 27/11/2006

**A MELHOR LIÇÃO DE UMA ESCOLA** Sem mudar o conceito de educação pública, modelos de inclusão como o Bolsa Família serão sempre frágeis. A imensa maioria dos estudantes do colégio Visconde de Porto Seguro, criado em 1878 pela colônia alemã, em São Paulo, consegue entrar nas melhores faculdades, algumas delas fora do país -o colégio aparece sempre nas listas das dez melhores escolas da cidade. O que aconteceria se ele recebesse exclusivamente moradores de uma favela? O Porto Seguro mantém, em suas instalações, a Escola da Comunidade, com 850 crianças e adolescentes da vizinha favela de Paraisópolis, no Morumbi. São disponibilizados os mesmos professores dos estudantes que pagam mensalidade. Os alunos com dificuldades de aprendizagem recebem reforço fora do horário regular, além de uma série de atividades culturais. Há diferenças curriculares, mas não essenciais: eles não precisam aprender alemão e espanhol, por exemplo. Fora dos sonhos, dificilmente governos conseguiriam manter, em especial numa favela, uma rede de ensino com a qualidade da Escola da Comunidade, cuja mensalidade, caso fosse cobrada, não sairia por menos de R\$1.000; o valor mensal, na rede oficial, mal chega aos R\$100 mensais. Vejamos, então, como seus alunos entram nas faculdades -o resultado, inquietante, é um dos melhores casos sobre como o desafio de reduzir a desigualdade é maior do que se imagina. Da primeira turma do ensino médio, com 76 estudantes, formados no ano passado, somente 12 deles entraram nas faculdades, todas elas privadas. Posso assegurar que a direção do Porto Seguro leva muito a sério a sua parceria com a favela de Paraisópolis -portanto, está aqui excluída a possibilidade de desleixo. A primeira conclusão: o baixo número de aprovados demonstra que qualquer escola, por melhor que seja, tem os seus limites de desempenho. Economistas especializados em educação fazem cálculos matemáticos mostrando que 30% do aprendizado de uma criança e de um adolescente viriam da sala de aula. O restante: 1) o nível intelectual da família e o seu empenho na formação dos filhos; 2) a vivência cultural do indivíduo, que significa acesso a livros, filmes, peças de teatro, concertos, museus, viagens, notícias. Há nos Estados Unidos famílias que, por motivos religiosos, se recusam a enviar os filhos à escola. O pai e a mãe, com ajuda de amigos, preferem ensiná-los em casa. Na média, suas notas não diferenciam daquelas dos alunos regulares. Nada disso significa, obviamente, que não se deva investir na qualidade do ensino público desde a pré-escola. Significa que não estamos mirando no alvo. Nos bairros pobres, especialmente em favelas, cada mulher tem em média cinco filhos, os pais são ausentes, o analfabetismo funcional é disseminado. É comum o abuso de drogas, as doenças não são corretamente tratadas. Mas, em geral, os professores e diretores são treinados (mal treinados, muitas vezes) -assim como os funcionários das secretarias da Educação- a trabalhar nos limites das salas de aula.

Já perguntei várias vezes a secretários municipais e estaduais da Educação se eles conheciam a saúde dos alunos. Muitos me olham como se a pergunta fosse indevida, afinal quem deveria cuidar disso é outro secretário. Nem se dão conta do elementar fato de que boa parte dos estudantes sofre de doenças simples de serem tratadas (problemas de vista e anemia por carência de ferro, por exemplo) e que os impedem de prestar atenção. Conheço escolas que não tiram nenhum proveito de centros culturais, esportivos e de saúde localizados na sua rua, a poucos metros de distância. Ou que nunca pedem ajuda a uma universidade de seu bairro. Contam-se nos dedos (e não exagero) as cidades que encaram a educação com uma questão multidisciplinar. A lição da Escola da Comunidade vai muito além da favela de Paraisópolis: se não for mudado urgentemente o conceito de educação pública, que vai muito além da escola, modelos de inclusão como o Bolsa Família, os programas de geração de renda e até o investimento na formação de professores serão sempre frágeis. PS - Vale acompanhar uma das soluções encontradas pelo Porto Seguro para melhorar o desempenho da Escola da Comunidade: oferecer cursos supletivos fundamental e médio aos pais dos alunos, tornando-os cúmplices do aprendizado dos filhos. Coluna originalmente publicada na Folha de S. Paulo, editoria Cotidiano.